

Aspectos da recusa (negação) na conversação em português-brasileiro

Eliana Amarante de Mendonça Mendes
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract

This article is a contribution to the study of the role played by pragmatic factors in negation in Brazilian Portuguese. It is shown that cultural factors, such as Leech's Politeness Maxims, play an important role in the use of negation by Brazilian Portuguese speakers and that these aspects must be taken into consideration in the teaching of Brazilian Portuguese as a foreign language.

Na perspectiva da abordagem comunicativa, conhecer as regras de uso sociocultural da língua é muito importante para a interação lingüística bem sucedida, um dos objetivos do ensino/aprendizagem da língua estrangeira. Embora já sejam bastante numerosos os trabalhos existentes nessa área, subsidiando a elaboração de livros didáticos comunicativos para o ensino de línguas estrangeiras, no que diz respeito à língua portuguesa, pode-se dizer que a situação é ainda de extrema carência.

É necessário, portanto, visando ao desenvolvimento satisfatório do ensino/aprendizagem do português (como língua estrangeira), dentre outras providências, promover e incentivar pesquisas de descrição desse componente cultural que faz parte da competência comunicativa do falante nativo.

Em se tratando de planejamento curricular e/ou elaboração de livro didático, o ideal é que o profissional tenha acesso a descrições confiáveis dos atos de fala da língua alvo e da língua materna para conhecer e comparar, tanto as estratégias equivalentes, parecidas, quanto as aparentemente iguais mas que têm força ilocucionária diferente. Trabalhos nesta área, objetivando o ensino de línguas, devem se constituir de duas fases: 1. descrição do conjunto dos atos de fala da língua alvo e de preferência também da língua materna; 2. apresentação das decisões didáticas que deverão ditar quando e em que medida introduzir, selecionar e reforçar o material pragmático de relevância para o aprendiz. Quando tais fases são cumpridas, pode-se afirmar, com certeza, que o conceito de competência comunicativa foi verdadeiramente aplicado e transformado em objetivos operacionais: o aprendiz precisa não só de adquirir as fórmulas ou rotinas na língua alvo, mas também de aprender a

selecionar a fórmula determinada para atender a uma situação determinada. O tema, o objetivo, o ambiente, bem como o sexo, a idade, a familiaridade e os papéis dos participantes na conversa são fatores que condicionam a escolha de uma determinada forma lingüística. Esta, por sua vez, reflete a estratégia ou ato de fala mais recomendado, de acordo com o julgamento do usuário da língua.

Assim sendo, o presente trabalho pretende ser uma contribuição para os estudos nessa área, fazendo algumas reflexões sobre a recusa (negação), na conversação em português-brasileiro.

A negação na língua oral já tem recebido a atenção dos lingüistas brasileiros: num interessante estudo sobre a posição dos advérbios, lingüistas ligados ao *Projeto de Gramática do Português Falado* tratam, dentre outras coisas, do advérbio de negação “não”. Dentro da classificação proposta no estudo em questão, o advérbio “não” é considerado como advérbio não-predicativo, em oposição aos outros que seriam classificados como advérbios predicativos e que se caracterizam como modificadores do sentido do verbo ou do adjetivo. Vários aspectos interessantes do advérbio de negação em português foram levantados: constatou-se, por exemplo, que o advérbio de negação apresenta a peculiaridade sintática de não se coordenar com nenhum outro constituinte. Constatou-se também que isso é de certa forma compensado quando ocorrem depois do verbo expressões adjetivas ou adverbiais que acrescentam à negação um matiz de tempo, modo, etc. que só se explicam pela presença do “não” antes do verbo. Por exemplo:

<i>não</i>	()	<i>de jeito nenhum</i>
<i>não</i>	()	<i>em momento algum</i>
<i>não</i>	()	<i>por nada deste mundo</i>
<i>não</i>	()	<i>o menor, o mais leve</i>

Um aspecto interessante também tratado no referido trabalho é a contribuição semântica que o advérbio confere à frase, as maneiras como um advérbio pode afetar semanticamente a

construção em que ele ocorre. A noção de escopo é aí considerada importante para se entender a semântica do advérbio.

Entende-se por escopo o conjunto de conteúdos afetados por algum operador, no caso em questão, o advérbio. Um dos critérios usados para a classificação dos advérbios é estarem ou não no escopo da negação: advérbios passíveis de serem negados (que estão no escopo da negação) constituem um tipo de advérbio que se opõe a outro tipo, o dos advérbios que não estão no escopo da negação.

Em relação à negação, ao próprio advérbio de negação “não”, a noção de escopo permite distinguir a negação de uma sentença da negação de um constituinte. Advérbios de frase, por exemplo, são incompatíveis com a negação. Alguns advérbios, além de afetar uma seqüência como um todo, parecem dirigir-se especialmente a um determinado constituinte. Exemplos:

Os dois pequenos não aceitam muito a pajem.

onde o advérbio “não” declara falso

Os dois pequenos aceitam muito a pajem.

e afeta diretamente o intensificador “muito”.

No que diz respeito à posição do advérbio de negação “não”, constatou-se ser a mesma por excelência a imediatamente pré-verbal (precede imediatamente o pronome clítico) e, neste contexto, seu deslocamento para outras posições é impossível.

O deslocamento do advérbio da posição preferencial para outras posições obedece à necessidade de precisar o escopo do advérbio, mas pode também se justificar por razões de informatividade ou de interesse discursivo.

O “não” pode ocorrer em outros contextos, além da já citada posição pré-verbal, e tem uma relativa liberdade de posição quando aplicado para negar constituintes.

Como se viu, é sem dúvida importante a contribuição que essa pesquisa trouxe para a descrição do português falado e mesmo do português como um todo. No que se refere ao ensino do português

como língua estrangeira, é óbvia também a contribuição que esse estudo traz: o falante nativo tem esses conhecimentos a respeito dos advérbios e, portanto, o aprendiz da língua precisa também dominar esses aspectos.

Entretanto, conhecer uma língua vai além do domínio da gramática e envolve também o que Canale & Swain (1980:1-47) chamam de competência sociolingüística, que inclui a habilidade de usar a língua em comunicação, o domínio das regras de uso sociocultural.

Os atos de fala são governados por normas específicas da cultura da língua onde estão codificados. Por exemplo, é sabido que o elogio é uma introdução altamente freqüente e eficiente como abertura de uma conversa em inglês, sendo um recurso específico dos falantes de inglês americano. Rubin (1982:11), ao estudar a recusa (negação) na cultura americana, fez a seguinte previsão quanto aos resultados da pesquisa:

We will find that deep-seated cultural values will affect the proper interpretation of a particular form. Without knowledge of the central values, the traveller may never understand properly what message the speaker is really trying to convey... (RUBIN (1982:11))

A carência, portanto, de descrição no português a que me referi é de pesquisa dos fenômenos lingüísticos observados sob a ótica da competência comunicativa sociolingüística, de detecção de valores culturais.

Uma das contribuições mais significativas dos estudos sociolingüísticos é a certeza de não se poder confiar somente na intuição do falante nativo no reconhecimento e na análise das regras socioculturais, porque tais regras estão muito acima do nível do consciente. Portanto, para estudar como os nativos falam (e não como julgam que falam), faz-se necessária uma análise sistemática e empírica para se identificarem os padrões.

Portanto, a minha análise dos aspectos culturais da negação em português tem o apoio empírico de um *corpus* sobre o qual

foram feitas as observações – textos conversacionais de professores universitários em diversas atividades acadêmicas.¹

Os dados revelaram, por exemplo, que o falante de português brasileiro dificilmente usa o “não” taxativo, sem determinação. Mesmo em situações em que um simples “não” caberia perfeitamente, a negativa é suavizada, acrescentando-se justificativas e rodeios, ou mesmo recusa-se indiretamente, omitindo a negativa propriamente dita.

Vejamos, a título de ilustração, alguns fragmentos de diálogos colhidos no *corpus*:

1. F1: - Você gosta... eh... acha válida a teoria X?
F2: - Bem, não que eu não goste desta teoria, acho é que existem outras... digamos, muito melhores.
2. F6: - Eu tô cansada... já trabalhei demais nessa vida. Acho que tô é na hora mesmo de aposentar, sossegar um pouco...
F7: - Então cê tá se achando velha? Eu não. Sou da sua idade mas me acho super jovem. Você então se considera velha?
F6: - Não é bem questão de idade é... cansaço!
3. F17: - x, será que você poderia me emprestar aquele artigo do y para eu xerocar?
F18: - Olha, na verdade aquele livro não é meu, é de uma aluna...
F17: - Tudo bem, então deixa...
4. F39: - Você vai ao Encontro da ANPOLL?
F40: - Eu tenho que participar de uma banca de concurso justo nos dias...
F39: - Pena.
5. F26: - Ô x, será que você podia tirar este xerox pra mim agora?
F27: - Olha, é que eu tenho que terminar esse serviço aqui, depois tenho que fazer o dessa moça aí...
F26: - Pra que hora que dá então?
F27: - Só pra amanhã.

6. F51: - Eu estou te ligando pra te convidar para participar de uma mesa-redonda sobre o ensino de línguas estrangeiras na FALE. Você aceita?
F52: - Olha, eu fico honradíssima com o convite mas já tô co'a agenda lotada esse fim de ano. Sinto muito.
7. F68: - Nesse trecho então você está afirmando que x é contra a hipótese lexicalista?
F69: - Na verdade x não afirmou isso. Eu acho provável que ele seja contra.
8. F201: - Será que seria possível eu te entregar o meu trabalho na sexta-feira que vem?
F202: - Não.
9. F304: - Você poderia me emprestar, para eu xerocar, aquele livro do X?
F305: - Não. Sinto muito, mas preciso dele para preparar minhas aulas. Nas férias posso emprestar.

A partir da análise do referido *corpus*, em que se registraram 372 ocorrências de recusa, desenvolvi um estudo estatístico e constatei que 84,3% das recusas (negações) se fizeram por processo indireto, com omissão do advérbio de negação (Cf. exemplos 1 - 7). Em 15,7% das ocorrências a negativa foi suavizada (Cf. exemplo 9). Não houve ocorrências de “não” taxativo, indeterminado, emitido por falantes de português como língua materna. Entretanto, foram registradas no *corpus*, em situações em que um dos parceiros do diálogo era falante do português como língua estrangeira (3,6% dos casos examinados) recusas taxativas, sem rodeios (100% dessas ocorrências) (cf. exemplo 8).²

Vejam, agora, como, sob as luzes das formulações teóricas de Grice e Leech, principalmente, se situam as minhas constatações quanto à recusa no português brasileiro.

Os participantes da conversação fazem uso de princípios cooperativos para regular as suas contribuições, de uma lógica conversacional, cujas condições Grice (1975) interpretou por meio de máximas.

O princípio da cooperação de GRICE tem quatro categorias que se dividem em máximas e submáximas que estabelecem, em resumo, que, numa situação lingüística ideal, todos devem falar de modo relevante, claro, sincero e informativo.

A não observância dessas máximas, o que o falante faz muitas vezes de modo proposital, traz imediatas conseqüências para a interpretação dos eventos de fala. Quando isso acontece o ouvinte começa a raciocinar em direção às possíveis intenções do falante, fazendo conjecturas sobre o que ele quis implicar ao ter um tal comportamento verbal.

Parece-me que, nos casos estudados, os falantes foram relevantes e informativos, mas as dimensões *clareza* e *sinceridade* não foram observadas.

O que ocorre no português brasileiro em relação à recusa pode ser explicado através do princípio de polidez estabelecido por Leech (1983:81), também estruturado por meio de máximas, as máximas da polidez.

Essas máximas de polidez, outro sistema também representativo de uma lógica universal implícita em determinadas escolhas lingüísticas expressas pelo falante, são complemento indispensável das máximas de Grice. O princípio de polidez participa de todo o sistema lingüístico e faz com que as pessoas freiem o que vão dizer de forma sistemática e intencional para atender a esta função social da linguagem. As máximas de polidez atuam em paralelo às máximas de Grice e podem fornecer explicações satisfatórias naqueles contextos onde as segundas estão em posição menos favorável que as primeiras.

O princípio básico de polidez foi formulado por Leech (1983:81) através da máxima seguinte:

- Minimize (others things being equal) the expression of impolite beliefs

ou, em sua versão positiva

- Maximize (others things being equal) the expression of polite beliefs.

Essa máxima, que se resume na forma “Be polite”, atua sempre na conversação, desde que os participantes estejam esperando essa estratégia. A expectativa ou não da estratégia é traço distintivo cultural.³

Parece-me que, no caso da recusa examinado, há uma expectativa do falante brasileiro de que o princípio da polidez atue. Sendo, portanto, a atuação do princípio da polidez que faz com que a não-observância do princípio de Grice não interfira no bom êxito da interação lingüística.

Como em algumas culturas essa expectativa, parece-me, não ocorre, muitos falantes do português como língua estrangeira, uma vez que se preocupam principalmente com a correção gramatical (o que talvez seja resultado dos métodos tradicionais de ensino de língua estrangeira que não levam em conta os aspectos pragmáticos), violam as regras de polidez quando recusam.

Portanto, embora o princípio de polidez pareça ser universal, suas regras não podem ser negligenciadas no ensino da língua estrangeira, uma vez que são específicas de cada cultura. Os aprendizes, para adquirirem plena competência comunicativa, têm que ser conscientizados de tais traços do discurso.

A presente investigação, no entanto, se restringiu a situações de recusa detectadas no meio acadêmico mineiro. Sendo assim, as conclusões não têm validade geral para o português-brasileiro, embora possam já indicar uma tendência quanto à atuação do princípio da polidez entre nós.

Numa tentativa de averiguar se o princípio de polidez atua também em meio não acadêmico, foram analisados os “Diálogos entre dois informantes” do Projeto NURC/SP. Nesses diálogos, que

perfazem um total de 447 minutos de gravação, foram registradas 1.630 ocorrências de NÃO, sendo 46 delas (3%) detectadas em contexto de interrogativa sim/não com resposta NÃO. Nenhuma delas, no entanto, ocorreu em contexto de solicitação/recusa, o que inviabiliza a averiguação pretendida e aponta para a necessidade de *corpora* seletivos, como o *corpus* acadêmico examinado.

20 das 46 ocorrências mencionadas (43%), entretanto, embora não caracterizando casos de recusa, apresentam um aspecto interessante: a negativa é suavizada por meio de atenuadores discursivos como “eu acho que”, “mas”, “eu não sei”, “que eu saiba”, “sei lá”, além do uso do futuro do pretérito, que parecem apontar para uma tendência cultural do brasileiro de não assumir facilmente posições despreferidas, o que poderia também se atribuir à atuação do princípio de polidez.

NOTAS

¹ O *corpus* é constituído de 10 horas de gravações de atividades acadêmicas efetuadas no segundo semestre de 1993, na Faculdade de Letras da UFMG.

² Esses dados, embora interessantes, não podem fazer parte das conclusões da pesquisa, uma vez que o objetivo da mesma foi examinar o português como língua materna e não o português como língua estrangeira. Seria necessário pesquisar ainda, especificamente, o português dos falantes estrangeiros. Optei por apresentar esses dados devido à curiosidade que eles representam. Gostaria ainda de mencionar aqui o constrangimento que tal tipo de recusa provoca no falante brasileiro, que interpreta como extrema grosseria esse comportamento lingüístico.

³ Lakoff (1973) reconhece a existência de três máximas de polidez: 1. não imponha; 2. dê opções; 3. seja camarada. Segundo este lingüista, a teoria de polidez prescreve que os que são hierarquicamente inferiores devem ser mais polidos que os superiores. Uma inversão nessa ordem pode ser interpretada como ironia. Exemplos:

Mãe para filho: Could you please wash your hands?

Chefe para secretária: Would you mind answering the telephone?

Professor para estudante: Would you be so kind as to open your book?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANALE, M. & SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*, v. 1, n.1, Oxford: Oxford University Press, p.1-47, 1980.
- CASTILHO, A. T. & PRETI, D.(Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, Projeto NURC, v. II, São Paulo: FAPESP, 1987.
- GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, P.& MORGAN, J. (eds.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. Academic Press: New York, p.41-58, 1975.
- ILARI, Rodolfo et alii. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A.T.(ed.) *Gramática do Português falado I: a ordem*. Ed. da UNICAMP: Campinas, p.64-141, 1991.
- LAKOFF, Robin. The logic of politeness: minding your p's and q's. In: *9th Regional Meeting. Chicago Linguistics Society*, p.292- 305, 1973.
- LEECH, Geoffrey N. *Principles of pragmatics*. Longman: New York, 1983.
- RUBIN, Joan. How to tell when someone is saying "no" revisited. In: WOLFSON, N. & JUDD, E. (eds.). *Sociolinguistic and language acquisition*. Newbury House Publishers: Massachussets, 1982.